



## Evento do Conselho de Varejo cita avanços nas obras do Sesc Marília

### *Gastos contra a violência afetam receita no setor*

Gastos com produtos como câmeras de segurança, seguros, escola armada, carros blindados, entre outros, inflam os preços praticados pelo Comércio e Serviços e mostram um dos muitos impactos de riscos com segurança. **Pág. 8**



O Sindicato do Comércio Varejista de Marília e Região participou de encontro do Conselho do Comércio Varejista com lideranças de todo o Estado para discutir conjuntura, cenários futuros e demandas do setor. O encontro reuniu dirigentes da FecomercioSP, Sesc e integrantes do Conselho de Varejo. E entre as discussões analisou obras do Sesc Marília. **Pág. 3**

### *Emprego cresce na cidade, mas cai no comércio*

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados aponta saldo de 366 novos postos de trabalho. Mas comércio perdeu vagas. **Pág. 5**

### *Jurídico: entenda Danos Morais na cota de aprendizes*

Empresas de médio e grande porte devem contratar de 5% a 15% de aprendizes em seu quadro. Veja análise do jurídico. **Pág. 4**

### *Orientação para Declaração de imposto de MEIs*

O fato de o contribuinte ser Microempreendedor Individual não o obriga a realizar a declaração de ajuste anual IRPF. **Pág. 6**

### *Sebrae adia evento para inovação no varejo em Marília*

O lançamento do Loja do Futuro, um programa de inovação para no Varejo e mercado para 10 de abril foi adiado para junho. **Pág. 3**

### *Fecomercio pede Equilíbrio em licença paternidade*

Em dezembro de 2023, o STF [fixou um prazo para que o Congresso estabeleça regras específicas](#). Atualmente, os pais têm direito a cinco dias corridos de ausência do trabalho. **Pág. 7**



## Curtas

### *FGTS futuro*

Os trabalhadores de carteira assinada com renda de até R\$ 2.640 podem contratar financiamentos do Minha Casa, Minha Vida usando depósitos futuros que o empregador fizer no FGTS. As agências já aceitam o novo modelo de crédito aos trabalhadores.

### *Reforma consumo*

A regulamentação da reforma tributária sobre o consumo deverá ser enviada na próxima semana ao Congresso Nacional. A emenda constitucional da reforma tributária estabelece até 180 dias após a promulgação para que o governo envie a regulamentação das mudanças. A data limite vai até 20 de junho.

### *PIB sobe?*

Pela oitava semana seguida, o mercado financeiro aumentou as expectativas de crescimento da economia brasileira. De acordo com o boletim Focus, do Banco Central, espera-se um crescimento de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todas riquezas produzidas no país) em 2024. Há uma semana, a expectativa era de um crescimento de 1,89% em 2024;

## *Fala, presidente*

O processo eleitoral para 2024 começou. Veja bem. Eu disse o projeto para 2024, porque a campanha eleitoral nunca acaba e a vida política é feita todo santo dia.

Os prazos eleitorais estabelecem fatos a cada ano. Dessa vez são as filiações e as primeiras pré-candidaturas.

Até o dia 6 de outubro vamos ouvir muito, ler muito, receber muito pelas mensagens de celular e pelas redes sociais.

Desejo a cada pessoa a capacidade de escolher e entender sua escolha de acordo com seus valores e crenças.

Mas preciso fazer uma mensagem importante ao comércio e lembrar que a eleição municipal fala muito com o setor.

A liberação de horários—uma demanda histórica que depende tanto da prefeitura quanto da Câmara — é um dos exemplos.

A revitalização de áreas, mobilidade, acesso de consumidores, decoração, organi-



zação da zona azul, acessibilidade e transporte são algumas das decisões locais com impacto de todo dia nas empresas.

Isso sem falar dos serviços diretos—abastecimento de água, operações tapa buracos, fiscalização de posturas, limpeza urbana —, importantes no dia a dia e qualidade de vida.

Cobre do seu candidato propostas claras para essas e outras demandas que encontrar no seu setor.

Procure analisar informações verdadeiras, completas, que possam ir além de simples promessas.

Acompanhe o processo eleitoral, as condutas. Às vezes até irritam a gente, mas sempre é imprescindível acompanhar e participar de tudo.

## Expediente

**SINCOMÉRCIO**      **MARÍLIA**

Av. Carlos Gomes, 427 – Centro – Marília/SP  
Tel. (14) 3402-4444

[www.sincomerciomarilia.com.br](http://www.sincomerciomarilia.com.br)

### **Presidente:**

- Pedro Pavão

### **Vice-Presidente**

- Eduardo Kiyoshi Kawakami

### **1º Secretário**

- Jorge Luiz Claviço

### **2º Secretário**

- Celso Olivier de Souza

### **1º Tesoureiro**

- Paulo Querino da Paixão

### **2º Tesoureiro**

- Vanderlei Souza Azevedo

### **Suplentes**

- Flávio Felice Di Fiore Junior  
- Webber Jo Ibara  
- Wilson Mattar  
- Jefferson Sanches Gravena  
- Humberto Ferreira da Luz  
- Flávio Felice Di Fiore

### **Conselho Fiscal**

- Flávio Felice Di Fiore Junior  
- Humberto Ferreira da Luz  
- Webber Jo Ibara

### **Conselho Fiscal Suplente**

- Wilson Mattar  
- Celso Olivier de Souza  
- Jefferson Sanches Gravena

### **Delegado FecomercioSP**

- Pedro Pavão  
- Eduardo Kiyoshi Kawakami

### **Delegado Suplente**

- Paulo Querino da Paixão  
- Vanderlei Souza Azevedo

### **Produção**

Giro Marília com FecomércioSP e Agência Brasil

### **Jornalista Responsável**

- Rogério Martinez

### **Contatos**

(14) 99895-9292

**BOA FASE****Evento do Conselho do Varejo discute obra da Sesc**

O Sindicato do Comércio Varejista de Marília e Região participou de encontro do Conselho do Comércio Varejista com lideranças de todo o Estado para discutir conjuntura, cenários futuros e demandas do setor.

O encontro, realizado entre os dias 20 e 24 de março no Sesc Bertoga, reuniu dirigentes da FecomercioSP, Sesc e do Conselho para contato com lideranças sindicais.

Pedro Pavão, pre-



Angelo Valter Breganó (Palmital); Paulo Roberto Gullo (São Carlos); Luiz Galina (Diretor Regional do Sesc SP) e Pedro Pavão (Marília)

sidente do Sincomércio Marília, representou a entidade no evento e participou de encontros com outros dirigentes e em especial

com o diretor regional do Sesc, Luiz Galina.

“O encontro foi muito bom, mas a melhor informação foi

mesmo a avaliação do Sesc sobre avanço das obras em Marília. A unidade foi lembrada e a expectativa é muito boa”, disse Pavão.

A proposta é concluir as obras no segundo semestre de 2025 e entregar um grande centro de esportes, lazer, cultura e serviços.

“O Sesc Marília vai ser um marco e ver a obra e a cidade serem citadas no encontro estadual foi muito gratificante. É uma conquista gigantesca.”

**Loja do Futuro - Sebrae adia projeto de inovação no varejo**

O lançamento do projeto Loja do Futuro, uma iniciativa de inovação para o Varejo e mercado para o dia 10 de abril em Marília foi adiado para junho.

O programa é desenvolvido pelo Sebrae, com apoio da Fecomercio-SP e do Sindicato do Comércio Varejista de Marília.

A diretoria do Sincomercio lamentou o adiamento e desperdício da oportunidade de oferecer a orientação e informação aos empresários e profissionais de assessoria a empresas.



A entidade enviou ofício em que manifesta preocupação e surpresa com a medida.

Segundo um comunicado oficial, o adiamento “por motivo de força maior” e o

evento deve acontecer no mesmo formato mas no dia 10 de junho,

O comunicado oficial lamenta o adiamento do evento e agradece a compre-

ensão de todos.

“As empresas que já se inscreveram – de forma gratuita – serão informadas pelos organizadores do evento. Em caso de dúvidas e esclarecimentos, basta entrar em contato pelo telefone (14) 3402-0720.”

O comunicado diz ainda que está mantido o compromisso em trazer o programa Loja do Futuro para a cidade com o propósito de contribuir com a melhoria da gestão e do desempenho dos pequenos negócios do varejo.

## Danos Morais não afastados mesmo após cumprimento de cotas de aprendizagem por empresa que já possuía ação em curso

Garantida pela Lei 10.097/2000 – Lei do Aprendiz, as empresas de médio e grande porte devem contratar de 5% a 15% de aprendizes em seu quadro de colaboradores.

A cota de aprendiz deve ser cumprida por estabelecimentos de qualquer natureza, que possuem mais de 7 colaboradores, os quais devem empregar e matricular junto a entidades formadoras e certificadoras um número determinado de aprendizes a fim de contribuir para sua formação profissional.

Em razão de resistência de uma empresa em cumprir a cota para contratação de aprendizes, houve sua condenação por danos morais coletivos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por não tomar a iniciativa em realizar a contratação.

A 8ª Turma do TST



entendeu que ainda que a questão, a contratação dos aprendizes, tenha sido sanada no curso do processo, ainda assim era devido a manutenção da condenação.

Ajuizada ação pelo Ministério Público do Trabalho, a empresa em questão possuía 436 empregados, mas possuía apenas 11 aprendizes, sendo que seria necessário a contratação de mais 11 para que completasse sua cota legal de aprendizes.

Em primeira instância houve a condenação e arbitramento do valor de danos mo-

rais no montante supra citado, apontando que a empresa cumpriu a exigência legal de contratação somente após o ajuizamento da ação.

Após interposições de vários Recursos pela empresa, ao chegar ao TST, houve a manutenção da condenação, sendo que nas palavras do Ministro relator Dr. Alberto Balazeiro a resistência da empresa, mesmo que temporária em se adequar ao número mínimo de contratação de aprendizes gerou danos morais coletivos *“dado o relevante impacto social gerado pelas normas que tutelam a contratação de*

*aprendizes e que foram violadas.”*

Para saber qual a quantidade necessária que sua empresa precisa de menores aprendizes, deve-se excluir da base de funcionários funções que exijam formação de nível técnico ou superior, cargos de direção, gerencia e confiança, aplicar o percentual de 5% para obter o número mínimo ou 15% para saber o número máximo, sendo que caso de número fracionado deve ser arredondado para cima.

O Sindicato do Comércio Varejista de Marília oferece assessoria e consultoria jurídica trabalhista por meio de seu núcleo jurídico para seus associados.

Para melhores informações, consulte um especialista de sua confiança ou entre em contato com o sindicato por meio do telefone (14) 3402-4444.

# Orientação Jurídica

Na dúvida, não custa nada consultar o Sincomércio Marília

**Esclarecimento de dúvidas**  
**Convenção Coletiva - REPIS - Assuntos Trabalhistas**



## ***IMPOSTOS***

# Entenda como fica declaração do IR para MEIs

Até 31 de maio, as Pessoas Físicas (PF) devem declarar o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

O fato de o contribuinte ser Microempreendedor Individual (MEI) não o obriga a realizar a declaração de ajuste anual IRPF.

Somente é obrigatória a declaração caso o MEI esteja enquadrado nos [critérios da Receita Federal](#) ou tenha obtido rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 ao ano.

A edição de março do boletim **Expresso MEI** traz um passo a passo de como realizar o cálculo do faturamento, considerando todas as entradas de recursos financeiros relacionados à atividade empresarial.

Outro destaque da edição é um levantamento do Sebrae que mostra a força do empreendedorismo feminino, principalmente para os setores de comércio e serviços, onde mais de 60% de negócios como cabeleireiros e comércio de vestuário são liderados por mulheres.

[Veja como acessar o conteúdo completo.](#)



## **Setor pede Código e proteção aos pagadores de impostos**

Em mais uma participação nos Grupos de Trabalho (GTs) de regulamentação da Reforma Tributária, Sarina Sasaki Manata, assessora da FecomercioSP, defende a criação de um Código de Defesa do Contribuinte nacional para proteger os pagadores de impostos.

“A comissão de juristas, coordenada por Regina Helena da Costa, ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que contou com a colaboração de integrantes da sociedade civil, apresentou diversos projetos de lei sobre o processo tributário que devem ser aproveitados”, disse.

Um deles é o PLP 125/2022, que cria o Código de Defesa do Contribuinte, estabelecendo direitos e deveres do pagador de impostos para conter excessos do Estado. A declaração foi feita durante seminário do GT 12, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília.

A assessora destacou também que a defesa do projeto pretende proteger os bons pagadores. “Os contribuintes adimplentes têm de ter assegurados os direitos básicos. Muitas vezes a gente vê a ânsia arrecadatória do Estado cometendo excessos”, criticou.

Isto é, com a mudança da tributação sobre o consumo no Brasil aprovada no Congresso em 2023, as regras precisam ser ainda mais claras.

## **Mesacast orienta a usar PIX de forma estratégica**

O fim das transações via DOC reforça a rápida digitalização que ocorre no País: há uma busca crescente por menos custos nos meios de pagamento e por mais agilidade às duas pontas.

O [PIX, a principal ferramenta dessa transformação](#), frente aos aprimoramentos constantes, tem se tornado um grande aliado do caixa dos pequenos negócios.

“O PIX já é muito importante para as operações do dia a dia das empresas. Como os recursos estão disponíveis em tempo real, isso praticamente elimina as eventuais necessidades de antecipação de recebíveis ou mesmo a busca por linhas de crédito, que têm um custo maior no mercado”, afirma Kelly Carvalho, assessora da FecomercioSP.

A transformação foi tema do **mesacast FecomercioSP Orienta**, programa mensal de debates que reúne especialistas da Federação. [Clique para assistir ao programa completo.](#)

***GESTÃO*****Comércio defende equilíbrio e licença paternidade****Veja como seguir regras para a igualdade salarial**

A [Lei 14.611/23](#), que visa combater as disparidades salariais entre homens e mulheres no País, abrange um tema que requer máxima atenção das empresas quanto às novas exigências.

A norma impõe que as companhias com mais de 100 empregados forneçam dados sobre critérios de remuneração pelo [Portal Emprega Brasil](#) e por dados segregados por gênero e raça. Para se adaptarem às novas regras, [as companhias precisam adotar uma série de medidas](#).

Contudo, a lei também vale para os médios e pequenos negócios, independentemente do número de empregados.

O [Relatório de Transparência Salarial é um dos que mais geram dúvidas nos empregados](#). Todos os meses de fevereiro e agosto, esses negócios terão de responder ao questionário.

Empresas devem revisar as informações passadas pelo eSocial;

**Federação quer alíquota zero para itens da cesta básica**

Pelo caráter de neutralidade da Reforma Tributária, a FecomercioSP defende que o mesmo critério seja aplicado a produtos que compõem a cesta básica sem distinguir a qualidade.

A Federação também argumenta que as regras para ultraprocessados e industrializados sejam mais claras.

"Nos preocupamos com o impacto da tributação no acesso às famílias de baixa renda", disse Sarina Sasaki Manata, assessora da FecomercioSP.

Para ela, independentemente da qualidade dos produtos (tipo A, B), se estão caracterizados como parte da cesta básica, devem ter alíquota zero.

Promulgada em dezembro do ano passado, a Reforma Tributária determina a criação da Cesta Básica Nacional de Alimentos ao qual as alíquotas serão reduzidas a zero.

O texto também prevê a redução de 100% das alíquotas para os produtos hortícolas, frutas e ovos e de 60% para outros alimentos destinados ao consumo humano. No entanto, os produtos que irão compor a cesta básica serão determinados por lei complementar.

A entidade também pleiteia que na lei complementar não haja restrição entre os produtos da mesma espécie, como é o caso de cortes nobres de bovinos – picanha, filé mignon e coxão duro.

Em dezembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) [fixou um prazo de 18 meses para que o Congresso estabeleça regras específicas ao direito à licença-paternidade](#).

Atualmente, os pais têm direito a cinco dias corridos de ausência do trabalho, remunerados pelo empregador.

A Constituição Federal já garante ao trabalhador o direito à licença, "nos termos fixados em lei".

Contudo, o STF entende que há omissão do Legislativo quanto à matéria. Em razão disso, diversos Projetos de Lei (PLs) estão sendo propostos, o que exige cautela.

A FecomercioSP dialoga com o Poder Público e analisa as propostas para contribuir com uma regulamentação equilibrada.

Segundo a Entidade, a possibilidade de ampliação da licença-paternidade é relevante, sem oneração excessiva ao empresariado — sobre o qual já pesam encargos que envolvem o trabalho formal.

**SEGURANÇA****Violência pode tirar até R\$ 60 bi ao ano de empresas**

Gastos com produtos como câmeras de segurança, seguros, escolta armada e carros blindados, entre outros, inflam os preços praticados pelo Comércio e Serviços e mostram um dos muitos impactos dos problemas de segurança na vida econômica de empresas e consumidores.



Estudos recentes divulgados pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pela Confederação Nacional da Indústria projetam gastos de R\$ 60 bi ao ano com segurança.

O economista Fabio Pina, assessor da FecomercioSP, calcula que indiretamente o custo social chegaria ao redor dos R\$ 200 bilhões.

“Uma conta rápida para o Estado de São Paulo mostra que cada consumidor está pagando, em média, R\$ 1,36 mil ao ano em custos diretos e R\$ 4,54 mil ao ano, somando-se os custos indiretos [ou R\$ 110 e R\$ 380 ao mês, respectivamente] só pela insegurança”, projeta Pina.

O prejuízo é ainda maior ao somar o total de roubos de carga nas rodovias e as perdas por furtos nos estabelecimentos.

**Endividamento de famílias volta a crescer em março**

O endividamento das famílias brasileiras cresceu em março, segundo aponta a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

No último mês, 78,1% das famílias afirmaram ter dívidas a vencer, o que representa um aumento de 0,2 ponto percentual (p.p.) em relação a fevereiro. Em comparação com março de 2023, porém, o índice ficou 0,2 p.p. abaixo.

“O momento mais favorável dos juros, com menor custo, tem contribuído para uma maior demanda das famílias por crédito, sobretudo, parcela-

do”, afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros. De acordo com o Banco Central, o saldo das operações de crédito para pessoas físicas subiu 1,1% em janeiro de 2024.

**Dívidas**

O percentual de consumidores considerados “muito endividados” registrou aumento de 0,1 p.p., interrompendo a queda contínua dos últimos quatro meses. Por outro lado, cresceu, em 0,2 p.p., o número de famílias consideradas “pouco endividadas”.

A quantidade de famílias com dívidas atrasadas também aumentou, em 0,5 p.p., após cinco meses em queda, alcançando 28,6% das famílias.

**Não se Cale tem 68 multas e atinge região**

O início das fiscalizações de bares, restaurantes e estabelecimentos similares durante a primeira fiscalização do Protocolo “Não se Cale” provocou 68 multas.

O “Não se Cale” é uma política pública implementada pelo Governo do Estado por meio da [Secretaria de Políticas para a Mulher](#) que tem como objetivo atender mulheres sob risco, combater o assédio e a cultura de violência contra a mulher.

Do total de locais visitados, em 68 foram constatados algum tipo de inadequação às normas do Protocolo.

Inclui falta do cartaz obrigatório com orientação ou falta de certificado de capacitação de funcionários.

No interior, a operação foi a Bauru, Campinas, Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba. Atingiu ainda capital e litoral.